

## PODER JUDICIÁRIO

### Tribunal Regional Federal da 2ª Região

INSS. Cobrança indevida. Inexistência de vínculo empregatício. Prestadores de serviço de UERJ. Apelação cível 1997.51.01.101346-9.

*Relator Juiz Federal Convocado José Antonio Lisboa Neiva ..... 403*

### Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região

Acidente de trabalho. Transporte Rodoviário. Fato de terceiro. Exclusão da responsabilidade da Empresa Estadual de Viação. Recurso Ordinário 00842-2006-035-01-00-3.

*Relator Desembargador Federal do Trabalho Alexandre Agra Belmonte ..... 409*

Ação Civil Pública. Segurança e saúde dos trabalhadores. Reserva do possível. Agravo regimental 01327-2008-000-01-00-9.

*Relatora Desembargadora Federal do Trabalho Miriam Lippi Pacheco ..... 412*

## ESTADO EM JUÍZO

Arguição de descumprimento de preceito fundamental. Uniões homoafetivas. Direito à igualdade. Princípios da dignidade da pessoa humana e da segurança jurídica.

*Lucia Léa Guimarães Tavares ..... 417*

Ação civil pública. Acidente ambiental no Rio Pirapetinga.

*Rodrigo Tostes de Alencar Mascarenhas, André Cantanhede Amélio, Camila Pezzino Balaniuc Dantas, Fabiano Pinto Magalhães, Nicola Tutungi Júnior ..... 435*

Ação de nulidade de ato administrativo. Contestação. Tombamento.

*Fabio Santos Macedo ..... 458*

Impugnação de execução de sentença (CPC, art. 475-J, § 1º): não incidência de taxa judiciária.

*Carlos Callage ..... 480*

## ASSUNTOS GERAIS

Discurso da Procuradora-Geral do Estado na Posse dos Servidores Aprovados no 1º Concurso para o Quadro Permanente do Pessoal de Apoio ..... 485

Índice ..... 486

## APRESENTAÇÃO

O volume 64 da Revista de Direito é o terceiro publicado durante o Governo Sérgio Cabral. Esperamos poder publicar outro volume no ano de 2010, encerrando a prestação de contas relativa a esses quatro anos, durante os quais tivemos muitas vitórias e conquistas para a Procuradoria Geral do Estado.

Todas as licitações para as obras de reforma do imóvel da situado na Rua do Carmo, nº 27 (no qual será instalada a futura sede da Procuradoria) foram realizadas nesse ano, sem nenhum incidente. Assim, a obra foi licitada, com projeto executivo pronto e a obra está começando. Até o mês de dezembro de 2010 deverá estar pronta e entregue e grande parte do esforço, neste período, será licitar e comprar o mobiliário e contratar todos os serviços necessários para a instalação adequada da instituição na sua nova sede.

Os Procuradores que trabalham na administração da Procuradoria têm sido incansáveis para que possamos chegar ao final do ano de 2010 com a sede pronta.

A Procuradoria em Brasília já está, desde agosto, funcionando com excelentes instalações, no novo espaço, vizinho aos Tribunais Superiores. Cabo Frio também já funciona em imóvel próprio. A Regional de Campos será ampliada e reformada, uma vez que já ocupa imóvel do Estado do Rio. No ano de 2010, pensamos que será possível finalizar as aquisições das sedes de Itaperuna, Volta Redonda, Petrópolis e Barra do Piraí. Com essas aquisições, acrescidas às que foram feitas no ano passado, cremos que cumprimos nosso compromisso de dotar as sedes das Regionais e Brasília de ambiente de trabalho compatível com as necessidades de todo o corpo funcional. A advocacia pública no interior aumenta, dia a dia, de volume e de responsabilidade, sendo impossível o funcionamento das procuradorias do interior em imóveis inadequados.

O 16º Concurso para Procurador do Estado já se iniciou e esperamos dar posse aos novos colegas em meados de 2010. Assim, mantemos o objetivo de renovação permanente, tão importante para manter a Procuradoria moderna e inovadora.

A grande vitória do ano de 2009 foi a realização do concurso para os servidores do quadro de apoio. No mês de julho demos posse ao primeiro grupo de concursados e o segundo semestre foi dedicado a dar posse a mais um grupo e procurar integrá-los ao trabalho da Casa. Foram nomeados 153 servidores. A decisão de fazer o concurso – que transcorreu sem incidentes – foi muito importante para o trabalho de modernização e gestão no qual estamos empenhados.

\* \* \*

O Centro de Estudos Jurídicos organizou o seminário “Direitos Fundamentais, orçamento e reserva do possível, com as palestras dos Procuradores Ricardo Lobo Torres e Gustavo Amaral, e dos professores Ingo Sarlet e Luciano Timm, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Tivemos também o Ciclo de Palestras sobre Direito Estadual, uma iniciativa pioneira voltada para o estudo de temas de interesse direto do Estado e de atuação relevante da Procuradoria. O Ciclo foi aberto com a conferência do Procurador Marcos Juruena Villela Souto, sobre o “Direito Estadual de Concessões”. Abordando temas específicos, sucederam-se as apresentações dos Procuradores Leonardo Espíndola e Emerson Barbosa Maciel, sobre “Saneamento Básico”, do Procurador Paolo Henrique Spilotros, sobre “Transporte Metroviário”, do Procurador Renan Miguel Saad, sobre “Transporte Aquaviário e Ferroviário”, do Procurador Flávio Amaral Garcia, sobre “Rodovias”, do Procurador Flávio Willeman, sobre “Transporte Rodoviário”, e do Procurador Gustavo Binenbojm, sobre “Prestação de Serviço de Gás Canalizado”.

Recebemos a visita honrosa do Ministro João Otávio de Noronha, do Superior Tribunal de Justiça, que proferiu conferência a respeito da “Lei de Recursos Repetitivos e a Advocacia Pública”.

Realizamos, no nosso auditório, o Congresso “O Futuro da Constituição”, com a participação de Procuradores e de estudiosos do Direito Constitucional, abordando temas como a organização do Estado brasileiro, o controle de políticas públicas, as perspectivas do Estado Democrático de Direito, o ativismo judicial, a liberdade de expressão e a constituição econômica em tempos de crise. Agradeço a participação dos Procuradores Felipe Derbli, Christiano Taveira, Rodrigo Valadão, Fernando Barbalho, Marcos Juruena Villela Souto e Luis Roberto Barroso, bem como dos professores Ana Paula de Barcellos, Rodrigo Lourenço, José Ribas Vieira, José Carlos Vasconcellos dos Reis, Daniel Sarmiento e Cláudio Pereira de Souza Neto.

Marcando a publicação da inovadora Lei Estadual de Processo Administrativo (Lei nº 5.427/2009), realizamos seminário com as palestras dos Procuradores Rodrigo Tostes de Alencar Mascarenhas, Marcos Juruena Villela Souto, Patrícia Ferreira Baptista e Cristiano Franco Martins, que participaram da elaboração do projeto, que a Procuradoria teve a iniciativa de sugerir ao Governador.

O juiz federal Jorge Maurique, Membro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), foi nosso convidado para explanar a atuação do referido Conselho e seu impacto sobre as políticas públicas na esfera do Poder Judiciário.

Em conjunto com a APERJ, promovemos um encontro para discutir o “Processo Judicial Tributário”, contando as valiosas exposições do Ministro Luiz Fux, do Superior Tribunal de Justiça, e do professor Sergio Bermudes.

Também em conjunto com a APERJ, foi organizado o seminário acerca do “Direito Constitucional à Moradia e Legitimação de Posse”, com

as palestras do Desembargador Marco Aurélio Bezerra de Melo, do TJ-RJ, e do Procurador Carlos Edison do Rego Monteiro Filho.

Neste ano de 2009, registro que o Centro de Estudos Jurídicos, fundado na gestão do Procurador-Geral Eduardo Seabra Fagundes, completou 25 anos, o que representa um motivo de júbilo para a Procuradoria.

Rio de Janeiro, 20 de dezembro de 2009.

**LUCIA LÉA GUIMARÃES TAVARES**  
Procuradora-Geral do Estado

**DOCTRINA**